

Cultura e Tradição na Historiografia do Movimento Farroupilha.

Enviado em:
11/10/2012

Aprovado em:
17/11/2012

Nayara Emerick Lamb

Mestre em História Política pelo PPGH-UERJ
nayemerick@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é pensar o papel da obra *História da República Rio-Grandense*, publicada em 1882 por Francisco Joaquim de Assis Brasil, no estabelecimento do valor atribuído ao movimento político militar da Farroupilha (1835-1845) na *cultura histórica tradicionalista* existente hoje no Rio Grande do Sul. Para tal, buscaremos estabelecer o espaço valoroso ocupado pelo movimento Farroupilha na cultura rio-grandense e pensar as possibilidades da produção historiográfica no processo de construção desse valor.

94

Palavras-chave

Farroupilha. Historiografia. Cultura Histórica.

Abstract

The goal of this work is to think the role of the book *History of the Republic Riograndense*, published in 1882 by Joaquim Francisco de Assis Brazil, in establishing the value assigned to the political movement's military Farroupilha (1835-1845) in a *historic traditionalist culture* existing today Rio Grande do Sul. To this end, we will seek to establish valuable space occupied by the movement Farroupilha in a riograndense culture and thinking of the possibilities of historical production in the construction of this value.

Keywords

Farroupilha. Historiography. Historical Culture.

Pensar sobre a historiografia é pensar sobre como as sociedades constroem e difundem seus passados. Para o historiador Manoel Luis Salgado Guimarães, a historiografia é “[...] uma entre outras possíveis formas de as sociedades humanas produzirem uma relação com o tempo decorrido [...] um dos procedimentos coletivos de reconstrução do passado” (GUIMARÃES, 2007, p. 96). Um dos papéis da historiografia é, justamente, a criação de vínculos entre o presente e o passado.

Nesse sentido, nosso objetivo no presente trabalho é desenvolver, em alguma medida, considerações sobre o papel da historiografia no estabelecimento de um evento dentro de uma cultura. Mais precisamente, o papel da obra *História da República Rio-Grandense*, publicada em 1882 por Francisco Joaquim de Assis Brasil, na valorização do movimento político-militar da Farroupilha (1835-1845) pela “cultura histórica tradicionalista” existente no Rio Grande do Sul. Não qualquer historiografia, mas uma historiografia regional que vem apresentando, ininterruptamente, versões e análises para o conflito, seus personagens, suas motivações e consequências. Não qualquer sociedade, mas uma sociedade fortemente marcada pelo dever de lembrança de um longo e profundo conflito, até hoje interiorizado e experimentado dentro de uma cultura que busca no passado caracterizar e referenciar o presente dessa sociedade.

A nosso ver, a produção incessante¹ de narrativas históricas sobre o conflito permitiu a formação de uma determinada Cultura Histórica² que busca nesse passado uma herança que constrói para os membros daquela sociedade uma identidade combativa, que Joseph Love teria nomeado como “Culto da Liberdade” (LOVE, 1975)³. Uma identidade que se expressa basicamente a partir de um movimento tradicionalista - importante caracterizar aqui o que o/a autor/a chama de movimento tradicionalista; trata-se do tradicionalismo gaúcho organizado a partir dos anos 1940/1950, que busca nos ritos e comemorações expressar seu valor através do culto desse passado tido como valoroso.

Uma Cultura Tradicionalista

95

Durante a semana farroupilha são lembrados os feitos dos gaúchos no decênio heroico (1835-1845), através de palestras, espetáculos, lançamento de livros, entre outras atividades (Festejos Farroupilhas).

1 Acreditamos poder usar essa palavra, pois desde a década de 1870, com a publicação das primeiras memórias de combatentes, passando pela década de 1880 com a produção das primeiras obras propriamente historiográficas, a virada do século e as grandes produções que antecederam ou descenderam o centenário da Farroupilha, e até hoje conseguimos identificar a produção constante de narrativas voltadas para descrever ou compreender o conflito, seus personagens, localidades e desdobramentos. Esse levantamento será alvo de um trabalho posterior ainda em produção.

2 Pensamos a cultura histórica a partir dos referenciais definidos por Fernando Sanchez Marcos como “[...] la elaboración social de la experiencia histórica y su plasmación objetiva en la vida de una comunidad.”. A caracterização da cultura riograndense como uma cultura histórica já foi por nós apresentado no trabalho de dissertação de mestrado defendido em abril de 2012 pelo PPHG-UERJ. Cf. SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). *Cultura Histórica*. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010). p.01; LAMB, Nayara Emerick. História dos farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: 2012.

3 Love a descreve como um estado fixo em que o gaúcho, ou rio-grandense, sempre se apresenta como maior defensor da liberdade, seja ela política, militar, econômica, etc. Cf: LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Como nos aponta a epigrafe acima, a Semana Farroupilha é voltada para relembrar os feitos heroicos daqueles homens – gaúchos/rio-grandenses⁴ – que lutaram contra o Império do Brasil no mais longo conflito civil ocorrido em solo nacional: a Farroupilha.

Iniciada em 20 de setembro de 1835 como uma rebelião contra a nomeação de Antonio Rodrigues Fernandes Braga para o cargo de presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Farroupilha só teria fim em um amplo tratado de paz, quase dez anos depois, em 25 de fevereiro de 1845, a partir dos esforços pacificadores do então Barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva.

Mais de 129 anos após a pacificação, em 11 de dezembro de 1964, por assinatura de Francisco Solano Borges, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, é oficializada a comemoração da Semana Farroupilha, “[...] a ser comemorada entre 14 e 20 de setembro de cada ano, em homenagem e memória aos heróis farrapos”⁵. Segundo o sitio oficial, a Semana seria: “[...] um momento especial de culto às tradições gaúchas, transcendendo o próprio movimento tradicionalista gaúcho. Ela envolve praticamente toda a população do estado [...]” (FESTEJOS FARROUPILHAS)⁶. Configurando-se assim no momento chave de celebração daquele passado tido como honroso.

Até 1994, as comemorações restringiam-se ao ponto facultativo nas repartições públicas estaduais e ao feriado municipal em algumas cidades do interior. Em 1995, as comemorações ganharam novo incentivo. Definida pela Constituição Estadual⁷ como a data magna do estado, o dia 20 de setembro – último das comemorações da Semana – passou a ser feriado estadual. O decreto 36.180/95, amparado na lei federal 9.093/95, de autoria do deputado Jarbas Lima (PPB/RS), especifica que “[...] a data magna fixada em lei pelos estados federados é feriado civil”⁸. A Semana Farroupilha passava assim à institucionalização, sendo organizada em duas instâncias: estadual e municipal, regulada por uma lei estadual e regulamentada por um decreto.

Chamada inicialmente de Ronda Gaúcha, as celebrações do que viria a ser a Semana Farroupilha surgem no ano de 1947, simultaneamente ao Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul, criado pelo departamento tradicionalista organizado por estudantes da escola pública estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre. O Movimento Tradicionalista é definido por Maria Eunice Maciel como “[...] um movimento forte, construído num processo que envolve construções (ou

4 Acreditamos ser necessária uma melhor definição das fronteiras entre os termos “gaúcho” e “rio grandese”. Entretanto, e infelizmente, no limite do proposto neste trabalho não será possível, dado o espaço que nos cabe, estabelecer tal definição.

5 Lei 4.850/64. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/12.422.pdf> (acesso: 04/04/2008).

6 Ibidem: Festejos Farroupilhas.

7 Ementa feita à carta de 1989.

8 Decreto 36.180, de 18/9/1995. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=11624&hTexto=&Hid_IDNorma=11624 . (acesso em: 04/04/2008).

reafirmações) de identidades locais e regionais, bem como suas relações com a nação e a formação da nacionalidade” (MACIEL, 2004, p.237). Para a autora, o tradicionalismo no Rio Grande do Sul é um movimento que procura recriar a vida do passado para que ela não se perca no presente, reconstruindo um determinado tempo-espaço valoroso em que a identidade local do Gaúcho (ou rio-grandense) pode ser construída a partir dessa tradição honrosa de defesa da liberdade idealizada no imaginário, em parte, pelas narrativas historiográficas.

Para nós, se a Semana Farroupilha busca celebrar um passado tido como heroico⁹, esse mesmo heroísmo passa a ser atribuído ao movimento Farroupilha. E esse heroísmo é repassado, conseqüentemente, para a população que o pratica e dele participa. Se tivermos noção da amplitude que os festejos apresentam e desempenham hoje na sociedade rio-grandense, acreditamos poder afirmar que o estabelecimento de um valor heroico para a experiência histórica da Farroupilha a permite ser vista como herança de uma cultura histórica que busca no passado referências para o presente, possibilitando que a população do Rio Grande do Sul insista, ano após anos, em comemorar em uma festa patriótica um conflito que, ao menos em teoria, teria perdido¹⁰. É esse aspecto da cultura histórica regional que nomeamos aqui de Cultura Histórica Tradicionalista.

A Cultura Histórica é definida por Fernando Sánchez Marcos como um conceito que “[...] expresa una nueva manera de pensar y comprender la relación efectiva y afectiva que un grupo humano mantiene con el pasado, con su pasado.” (SÁNCHEZ MARCOS, 2009, p. 01). Essa nova maneira de pensar e compreender as relações dos indivíduos com seu passado é definida por Sánchez Marcos como “[...] la elaboración social de la experiencia histórica y su plasmación objetiva en la vida de una comunidad.” (Ibidem., p. 01), indicando que a cultura histórica se estabelece justamente a partir da reelaboração do passado no presente com o uso da experiência histórica.

A nosso ver, a institucionalização da comemoração da Semana Farroupilha em 1964 representa também a institucionalização do movimento Farroupilha como experiência a ser lembrada e relembada todos os anos por aquela população, estabelecendo um uso que pressupõe um vínculo direto entre a população rio-grandense e aquele passado. A instância das comemorações – feriado estadual – exprime o caráter regional dado ao próprio movimento como espaço de reconhecimento daquela população em particular. Mas também demonstra uma necessidade de não deixar que aqueles eventos caíssem no esquecimento dentro da conjuntura nacional, delimitando assim um espaço para aquela sociedade dentro

9 Segundo o sitio oficial “são lembrados os feitos dos gaúchos no decênio heroico (1835-1845), através de palestras, espetáculos, lançamento de livros, entre outras atividades”. In: Festejos Farroupilhas. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos da Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana. ph (acesso em: 04/04/2008).

10 Cabe aqui lembrar que os conflitos da Farroupilha tiveram fim a partir de um tratado de paz que concedeu aos envolvidos no conflito uma ampla anistia, assim como parte considerável das reivindicações iniciais.

da nação como um todo¹¹.

Podemos afirmar, então, que o movimento político-militar da Farroupilha apresenta-se para a população do Rio Grande do Sul como uma experiência histórica valorizada, por meio da qual aquela sociedade pôde estabelecer laços com seu passado. A Farroupilha é tida, como herança principal dessa cultura histórica tradicionalista que a mantém viva até hoje, possibilitando a existência desse orgulho unívoco de comemorá-la ano após ano.

A partir disso, nos é permitido pensar que a Semana Farroupilha, através da imersão dessa comunidade na experiência histórica do movimento, possibilitou a fixação da Farroupilha como *locus* simbólico em que a sociedade rio-grandense pode experimentar e vivenciar um passado considerado valoroso. O estabelecimento desse *locus* gera, segundo Jörn Rusen, conexões entre o passado, o presente e o futuro, assim como estabelece vínculos entre os demais membros daquela comunidade que experimentam tal imersão a partir da organização dessa experiência histórica coletiva em forma de uma memória (RUSEN, 1994, p. 07).

No entanto, acreditamos que a produção historiográfica ganha destaque na construção desse valor, justamente por seu papel vital na construção de narrativas sobre o passado, permitindo-o ser constantemente reapresentado no presente e possibilitando a projeção de uma expectativa em relação ao futuro. Como palco privilegiado para a observância dos embates e choques entre projetos políticos e sociais da construção do que se queria como nação, a historiografia do século XIX tem destaque ainda maior por nos permitir vislumbrar o como e o que era considerado valoroso por aquela população.

98

Experiência Lembrada, Experiência Narrada

Pensar a produção historiográfica como palco para o embate de projetos pressupõe a elaboração narrativa desses eventos e pressupõe também que o uso e o desenvolvimento da linguagem e seus elementos possam alterar significativamente as formas de apreensão de um evento. Reinhart Koselleck pondera que a linguagem referencia a realidade, esclarecendo e significando o entendimento do homem em relação ao mundo. Afirma que “[...] ela nos faz lembrar a força peculiar às palavras, sem as quais o fazer e o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem” (KOSELLECK, 2007, p. 97).

Como espaço privilegiado de construção e debate, a historiografia aponta para possibilidades de compreender as ações humanas no mundo se a pensarmos no papel de “[...] metáfora-fundadora de nossa concepção de memória e de lembrança: a escrita, este rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos” (GAGNEBIN, 2006, p. 111). Escrever o passado, para além do registro, permite a construção e a permanência de representações sobre esse mesmo passado, fixando o que Beatriz Sarlo categorizou como “visão do passado” (2007, p. 15). Uma representação que disputa e se entrelaça com a memória, permitindo uma construção da “verdade” dos fatos, que ganha corpo a partir de sua inclusão – na

11 Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

forma de narrativa escrita – no quadro da História.

Nesse sentido, compreender a participação da produção historiográfica brasileira sobre a Farroupilha na significação que foi dada ao evento nos quadros da formação da cultura histórica tradicionalista do Rio Grande do Sul é buscar compreender como essas obras participaram da construção da memória que se formou do evento. Do mesmo modo, é procurar compreender o papel que essa significação desempenha na formação daquela população. Tentar compreender essa cultura e sua imersão na sociedade rio-grandense a partir da historiografia é apostar em sua força enquanto interpretação do passado.

Em investigações anteriores¹², constatamos que a produção historiográfica sobre o tema da Farroupilha teve seu auge na primeira metade do século XX. Acreditamos que tal interesse é fruto do valor atribuído à possibilidade de uma experiência republicana vivenciada já no início do século XIX, ponto que concedia à Farroupilha importância redobrada naquele começo de República no Brasil. No entanto, a produção historiográfica do século XIX, como dito, caracteriza um espaço de debate do processo de formação da nação brasileira ao representar um movimento de construção não só da história nacional, mas também do que deveria ser a ela associado. Reconhecemos a importância da produção historiográfica sobre a Farroupilha no século XIX principalmente ao constatar que sua presença é recorrente nas bibliografias, mesmo das obras mais recentes sobre a temática¹³.

No caso específico da Farroupilha, a historiografia local sobre o movimento corresponde a um objeto privilegiado para pensar a construção dele e de seus ideais, por representar um dos espaços que aquela sociedade disponibilizou para pensar o evento. Por expressar representações do processo político-militar Farroupilha, essa historiografia passa a conformar um campo muito mais vasto de influência sobre a sociedade a que se dirige, inserindo-se na cultura histórica e, conseqüentemente, na cultura política¹⁴ local, através da construção de narrativas sobre aquela experiência histórica.

Ao pensar sua heterogeneidade e variação temporal, podemos considerar que a historiografia sobre a Farroupilha, grosso modo, divide-se em duas linhas de

12 No trabalho monográfico de conclusão do curso de bacharelado em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o título: *Do Esgotamento da Palavra: o Papel do Projeto Político Farroupilha na Emergência da Identidade Riograndense*, no ano de 2009, apresentamos uma análise da produção historiográfica sobre o tema, ao longo do século XX, juntamente com análise da difusão e das influências dos ideais do grupo dirigente local farroupilha na formação da identidade riograndense.

13 Cf.: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003; HARTMAN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002; FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ª.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2004; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

14 Serge Berstein classifica a *Cultura Política* como uma explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história humana, e se caracteriza como um sistema de representação integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que possua um vínculo mais estreito com as questões da esfera do político. In: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

interpretação. Basicamente, podemos ver de um lado uma linha que a apresenta como uma revolta fratricida, de uma população que não pôde compreender os problemas da nação e quis, através da força, impor sua vontade sobre os demais, abandonando a comunidade nacional em seu momento de maior fragilidade. E, de outro, uma linha que defende, apoia, entende e reivindica os ideais do movimento Farroupilha e de seus dirigentes como o momento principal de uma tradição de luta pela liberdade e, em alguns casos, pela república, dada a associação – ainda que questionada por alguns – do ideal ao movimento.

Tal divisão pode ser vista já nas duas primeiras e principais obras sobre a temática: *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe, publicada em 1881, e a obra *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, publicada em 1882, foco principal do presente trabalho. Ambas enfatizam – cada qual à sua maneira – um recorte interpretativo, que mais tarde se consagraria dentro da historiografia do movimento político-militar Farroupilha¹⁵. Essas primeiras obras de historiografia sobre o tema nos permitem definir as bases sobre as quais a história da Farroupilha firmou-se no imaginário regional e nacional, assim como definir as linhas de interpretação dentro da historiografia da temática. Cada uma dessas obras viria a representar um momento da historiografia e da análise empreendida sobre os fatos que compuseram os anos do conflito e a apresentar uma versão e uma valorização para tais fatos, que seriam apropriadas pelo restante da produção historiográfica até a atualidade¹⁶.

Entende-se que compreender como se deu o jogo de forças do que deveria ser lembrado e do que deveria ser esquecido permite-nos visualizar as motivações que levam os indivíduos de uma sociedade a adotar este ou aquele evento como marca de seu comportamento – social, cultural ou político-, principalmente no que tange à construção da memória que os indivíduos daquela sociedade possuíam do evento em questão. Dessa forma, acreditamos que um olhar acentuado sobre o início da narração da temática nos possibilitará não só compreender como essa história foi narrada, mas o porquê de ser narrada.

A Historiografia no Debate da Farroupilha

A obra de Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, é reconhecida como a primeira a sistematizar o tema da Farroupilha. Fora escrita pelo autor para ser lida em capítulos nas sessões solenes

15 Torna-se importante assinalar aqui a existência da obra *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul* de Ramiro Forte Barcellos publicada inconclusivamente entre 22/09 e 22/12 de 1882 em folhetim do Jornal do Comércio e reunidos sobre a forma de livro em 1987 na *Coleção Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*, com a adição de capítulos, encontrados posteriormente, não publicados no folhetim. Por seu caráter inconcluso e por ser reunião de textos avulsos do autor, que encaixavam-se à obra, segundo a comissão encarregada da citada coleção, não nos debruçaremos sobre ela, ainda que acreditemos no seu valor como fonte para pensar o movimento Farroupilha.

16 A nosso ver, e segundo as pesquisas que empreendemos até o presente momento, podemos afirmar que mesmo dentre a produção historiográfica acadêmica e/ou profissional contemporânea essas linhas de análise se mantêm relativamente inalteradas.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do ano de 1880¹⁷ e para acompanhar uma vasta coleção documental sobre o tema, doada pelo autor ao mesmo instituto¹⁸. Contudo, sua recepção foi diversa: pelos núcleos cultos do país, incluindo a sede do Império, o acolhimento foi de bom grado, enquanto na Província do Rio Grande do Sul, muitas e duras críticas foram feitas à obra.

Acreditamos que, em parte, as acusações feitas pelos filhos da província não podem ser desacreditadas. Ao longo de suas páginas, o autor nos apresenta o conflito como uma “guerracivil” empreendida por motivos parcialmente injustos contra o país. Indicando com o uso do termo guerracivil que o movimento tratava-se somente de um conflito interno, limitando as proporções que mais tarde seriam acentuadas pela vinculação do movimento às repúblicas platinas e também pelo uso do termo “revolução”, posteriormente associado ao movimento¹⁹. Araripe não tarda em desmerecer as motivações do conflito e a rasgar elogios à tenacidade e obstinação do governo Imperial em não abrir mão de sua vastidão territorial: “A causa da monarquia ficava triunfante na província insurgida sob o influxo democrático, e o governo central via coroados os seus esforços em prol da integridade do Império” (ARARIPE, 1986, p. 179).

Em sua apresentação dos fatos, o autor divide o movimento cronologicamente em três épocas: a da Sedição (1835-1836), a da Rebelião (1836-1842) e a da Sujeição (1843-1845) (ARARIPE, 1986: p. 03-04). Esclarecendo que o conflito não havia passado de rebeldia sem sentido que – ainda que de forma trabalhosa – havia sido contido e desfeito, garantindo a unidade territorial, a ordem interna e o projeto de centralização política Saquarema.

Dessa forma, a obra de Araripe firmou-se como a primeira de uma linha de raciocínio que enxergou na Farroupilha uma guerracivil desnecessária que, mesmo mostrando a tenacidade da parcela da população envolvida, ao fim não pôde conter a obstinação do destino do vasto Império Brasileiro em manter-se uno e completo, restando aos envolvidos a sujeição à vontade do todo.

Do outro lado dessa equação temos a obra *História da República Rio-Grandense*, publicada por Joaquim Francisco de Assis Brasil no ano de 1882, feita sob

17 Cf. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1880, Tomo XLIII, Parte II. 115-364.

18 Documentação hoje sobre guarda do IHGB, sob título ACPALENCAR ARARIPE (nº09).

19 Associação que em geral é feita pela historiografia do século XX. Cf.: FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 2004; LAYTANO, Dante de. *Historia da Republica Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983; SPALDING, Valter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. Vol. 1-5..

encomenda do Club Vinte de Setembro²⁰ para as comemorações do 47º aniversário do movimento Farroupilha e, claramente, uma resposta à obra de Araripe.

O político e historiador rio-grandense Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) teria toda a sua vida marcada por um forte posicionamento político na defesa dos ideais republicano e federalista. O que fica claro em suas atividades políticas²¹ e em sua vasta produção intelectual²², principalmente no que tange às suas primeiras obras impressas²³: *A Republica Federal*, publicada ainda em 1881 e reeditada seis vezes só até 1889, e a obra que nos interessa particularmente, *História da Republica Rio-grandense*, publicada no ano de sua formatura em direito, em 1882 (BROSSARD, 1989, p.21), e considerada pelo autor como uma espécie de continuação à temática da primeira: “Esta obra é ainda um esforço na direção das ideias que expus e sustentei na *A Republica Federal*” [grifo do autor] (BRASIL, 1981, p. 7).

A obra é composta por 200 páginas divididas em uma nota introdutória, uma breve introdução (BRASIL, 1981, p. 7-20) e 8 capítulos. A publicação seria o primeiro volume da obra que deveria narrar com precisão a história daquele que foi um dos confrontos mais sangrentos e marcantes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Suas páginas buscam abranger desde o início do movimento, que para o autor se dá em 1831 com a Abdicação do Imperador d. Pedro I – quando teria possibilitado a manifestação de “[...] um fenômeno próprio de países de tão dilatadas e várias proporções: a tendência para a desagregação” (Ibid. p.49) – até a eleição do presidente e ministros da República Rio-grandense na cidade de Piratini

20 O Club Vinte de Setembro foi fundado em São Paulo por jovens gaúchos que estudavam direito. Defensores do republicanismo, o clube era composto por sócios beneméritos e uma vasta agremiação. O nome do clube já impõe uma determinada associação ao movimento Farroupilha, uma vez que 20 de setembro marca o início das atividades rebeldes. A durabilidade do clube é pouco mencionada pela historiografia, parece-nos que com o fim do curso, seus membros retornam à província ou dirigem-se para a Corte no Rio de Janeiro, associando-se a outros clubes e sociedades. Acreditamos que o trabalho de mapeamento das atividades e durabilidades do clube deva ser objeto de maior apreciação, mas não pretendemos desenvolvê-la no âmbito desse trabalho. In: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989. p.20.

21 Deputado provincial (1884-1888), Constituinte (1890), Ministro na Argentina (1890), Enviado na China (1893), Embaixador em Lisboa (1895), Ministro nos EUA e no México (1898), participou ativamente na Revolução Federalista (1893-1895) ao lado dos Maragatos contra os Pica-Paus, seguidores de Julio Prates de Castilhos, foi o estopim principal da Revolução de 1923, quando sua candidatura para governador do Rio Grande do Sul foi negada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), na disputa contra o então governador Borges de Medeiros, e foi deputado federal na Constituinte (1933). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Volume 02. 1978. p. 560.

22 Chispas (1877), Oportunismo e Revolução (1880), A Republica Federal (1881), História da Republica Rio-Grandense (1882), Unidade Nacional (1883), Democracia Representativa: Do voto e da maneira de votar (1893), Do Governo Presidencial da Nossa Republica (1896), a Cultura dos Campos (1898), Ditadura Parlamentarismo Democracia (1908), etc. Cf: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989. 383-385.

23 Ainda que produzidas anteriormente, Chispas (1877) e Oportunismo e Revolução (1880), só seriam publicadas posteriormente. Cf: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989.

em 06 de novembro de 1836.

Na obra consta também, no primeiro capítulo (Ibid., p. 01-47), um estudo destinado à compreensão das causas do movimento, no qual o autor faz uma longa explanação das condições de formação e organização, política e geográfica, da província e de sua população, na intenção de compreender as influências sofridas pelo povo que deflagrariam o conflito.

A obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil ganhou notabilidade por ter sido escrita antes dos 24 anos de idade do autor que, também por isso, consagrou-se como um dos defensores da causa Farroupilha enquanto especialista prestigiado no assunto na província. No entanto, mesmo tendo-a escrito tão jovem, a obra ficou inconclusa por motivos das “mil vicissitudes de uma vida cívica das mais conturbadas” (DOMINGUES *apud* BRASIL, 1981, p.10). Moacyr Domingues afirma que sua edição fragmentada foi fruto da necessidade de resposta do grupo republicano e dos intelectuais defensores do Rio Grande do Sul, expressada pelo Club Vinte de Setembro. Do mesmo modo, a obra teria sido qualificada como preparatória pelo autor, tendo esse prometido para breve uma edição definitiva, assim como completar a obra com os volumes que se seguiriam a este. Promessas que não se cumpriram. A incompletude da obra no momento da publicação é justificada pelo autor:

A estreiteza do tempo de que me foi possível dispor para a confecção deste primeiro volume obrigou-me a entregá-lo ao prelo sem que ele satisfizesse ainda plenamente o meu desejo, sobretudo quanto à narração dos sucessos. Escrevia para o Club [sic] Vinte de Setembro que tem de apresentar a obra em publico em dia determinado. Por isso denominei esta edição – preparatória. Espero poder muito breve dar a definitiva, com a vantagem de já me servir para ela das correções que as pessoas habilitadas fizerem a esta.

[...]

Para os volumes que se seguirão a este foi que mais me auxiliarão essas contribuições [documentos originais e testemunhos, ambos cedidos por cidadãos que os viveram] (BRASIL, 1981, p.7-8).

Moacyr Domingues afirma também que a maior preocupação do autor foi explicar a índole dos fatos e os fatores que levaram a província a constituir-se em república independente, e que buscou fazê-lo segundo os critérios científicos mais respeitáveis de seu tempo (DOMINGUES *apud* BRASIL, 1981, p. 9).

Da adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter rio-grandense teve essa origem. É, pois, em primeiro lugar, na natureza física, no conjunto de circunstâncias que constituem o meio cósmico – que se encontra a primeira razão, a causa inicial, não direta só da revolução, mas também do modo por que ela se efetuou. Para fazer ressaltar a sanção deste acerto – bastará combinar as circunstâncias primordiais entre si e depois com os fatos supervenientes que com ela vieram entrar em colaboração. Esse é o assunto das páginas que se seguem (BRASIL, 1981, p. 12-13).

Publicada no ano seguinte à obra de Tristão de Alencar Araripe, mesmo inconclusa, a de Assis Brasil é, como dito, evidentemente uma resposta à mesma. Assis Brasil busca responder às acusações que o autor havia levantado contra seus patrícios e exprime, através das páginas de seu livro, a vontade de resposta de parte da população esclarecida da província que, assim como os membros do clube de que fazia parte, não haviam recebido bem o livro de Araripe, como se pode ver em:

De trabalhos já publicados, servi-me principalmente da excelente monografia do snr. Desembargador Araripe, obra de grande mérito, porque é a verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos; conquanto me ache em fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão dalguns fatos, devo confessar que no seu livro aprendi mais do que em parte alguma, além de ter nele bebido a inspiração de escrever o meu (BRASIL, 1981, p. 9).

Dentre as respostas de Assis Brasil às afirmações de Araripe, está a defesa de que a Farroupilha teria sido a resposta do homem do sul àqueles que buscaram destruir seu meio de vida e o mundo tal qual estavam afeiçoados. O autor aponta que

Quando a revolução de 1835 se foi preparando no animo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendência característicos. Era mesmo esse o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos. Datava de pouco mais de um século a existência da província, e é verdade que esse tempo é minimamente estreito para a realização dum fato desta ordem, que regularmente exige o curso de muitos séculos; por isso mesmo é preciso, para conciliar os princípios com a realidade, considerar as propriedades e condições enérgicas do meio em que a nova população se formou e as disposições particulares para afeiçoar-se a esse meio que os elementos constitutivos dela ofereciam (Ibid., p. 21-22).

Brasil afirma que o único motivo do Império não ter apoiado os ideais do movimento é porque eles foram mal entendidos no primeiro momento, por conta de uma série de boatos espalhados pelos inimigos da causa e do Brasil, para posteriormente ser tarde demais para uma reconciliação entre as partes, como pode ser visto abaixo:

Só uma esperança se havia desvanecido no coração de todos: era a de reconciliação com o governo legal. Reforços contínuos de gente e de petrechos bélicos iam chegando do Rio de Janeiro, onde o ódio partidário mais do que o amor da pátria desenhava os revolucionários como feras sedentas. O governo temperava os seus atos por essas informações parcialíssimas [sic]. Quase toda a população da província pertencia à revolução; os que a combatiam eram pela maior parte filhos doutras províncias, de Portugal ou doutros países. Revoltava-se a fibra do patriotismo rio-grandense. Entregar as armas esterilizando a revolução de setembro, sujeitando-se às longas violências duma reação

infalível, ainda que velada pela anistia, entregando-se a discrição de estrangeiros, – repugnava aos chefes patriotas. Era, por outro lado, impossível a reconciliação conveniente entre os dois partidos cada um dos quais se supunha vencedor. Mas o que acima de tudo se tornava insuportável era a continuação do atual estado de coisas que apresentava a perspectiva de uma guerra indefinida, ou duma derrota certa.

Esses eram os sentimentos que trabalhavam o animo dos revolucionários. Todos perceberam logo e ao mesmo tempo que só havia um caminho que apresentava a saída de tantos embaraços: era a separação da província do grêmio brasileiro [...] (Ibid., p. 161-162).

Uma das mais fortes defesas de Assis Brasil é contra a acusação de o processo não ter passado de um movimento de caudilhos, uma República de Piratini²⁴, ao que o autor apresenta a ideia da República Rio-grandense. Nas palavras de Assis Brasil:

Disse [Antônio de Sousa Neto] [...] que o Rio Grande, desligando-se do Brasil, formaria um estado livre e independente, sob a forma republicana, mas que conservaria o amor antigo aos irmãos brasileiros e aceitaria em qualquer tempo a confederação de todas as outras províncias que se colocassem nas mesmas condições políticas; que a grande maioria dos rio-grandenses, sendo pela revolução, apenas hostilizada por estrangeiros, era também necessariamente pela independência [...] (BRASIL, 1981, p. 162-163).

105

E defende que essa acusação não passava de uma maneira de desacreditar os ideais revolucionários do processo farrapo, retirando-lhe o brilho.

Acusa-se Neto de arvorar-se em árbitro da vontade da população inteira. Mas não pode haver acusação mais banal. Toda a iniciativa há de partir dalgum ponto. Não foi também o seu brado um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Neto e os que o cercavam eram cidadãos armados; não eram soldados. Não era Neto um aventureiro, mas cidadão respeitável, ordeiro e calmo, rico e independente. Acusem-no de erro: é outra questão, que pode ser discutida e resolvida. Mas é preciso que duma vez para sempre se varram do terreno da história mesquinhas insinuações malignas, que deslustraram a soberana majestade. Os homens da revolução não encetarão como republicanos o notável movimento de setembro. Si nesse caráter o tivessem começado, tomado com segurança as necessárias posições no momento em que, expulsas as autoridades legais, tiveram a província inteira fechada nas mãos, talvez o império [...] se tivesse obrigado a renunciar a restauração do Rio Grande (Ibid., p. 164-165).

24 Essa expressão foi cunhada por Tristão de Alencar Araripe em sua obra, a nosso ver, na intenção de desmerecer o conflito e de indicar que a revolta não envolvia toda a população da província, mas só uma pequena parcela insatisfeita. In: ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881. p.45.

Outra ideia que Assis Brasil defende é que os revolucionários não buscavam simplesmente a autonomia da província, mas sim expandir “a ideia da federação” para o restante do país. Sendo a ideia de separatismo um artifício dos inimigos para difamá-los:

Isso era além dum erro político, uma injustiça: nunca os homens que fizeram a revolução pensaram, antes dela, na separação da província; tratavam sim de estabelecer a federação em todo o país, o que também era ideia comum a todos os brasileiros mais ilustres daqueles tempos. [...] Ainda mesmo depois que o império das circunstâncias obrigou os rio-grandenses a proclamarem-se independentes, em todos os atos oficiais do efêmero governo em que havia referencia a separação da província, aparecia mais ou menos explicita a mesma ideia da federação (Ibid., p. 73-74).

Nesse sentido, mantinha a mesma linha de defesa que Bento Gonçalves da Silva utilizou em seu manifesto de 1835, no qual declara ser a revolta brasileira sem fins separatistas, somente tendo corrido com seus homens

[...] às armas depois de haver esgotado todos os meios, que a prudência e o amor à ordem [...] sugeria [...] para sustentar em sua pureza os princípios políticos [...] para livrar a província das mãos de um inepto administrador [...] (SILVA apud BRASIL, 1981, p. 195).

106

E nesse ponto está o maior argumento defendido por Assis Brasil, a Federação Brasileira, apresentada como resposta às acusações de separatismo:

Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, estabelecida no tempo oportuno, na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções próprias, cooperando livremente também para a vida do todo [...] (BRASIL, 1981, p.36-37).

Federação que para o autor era o espelho da liberdade, logo, sua defesa significava a defesa do direito de ser livre e independente, não só politicamente, mas também individualmente:

Não estava definida, mas estava patente em todos os espíritos a convicção de que o mal de que mais dolorosamente sofria a província era a falta da liberdade. Liberdade que quer dizer o poder de viver soberanamente por si naquilo que só a si diz respeito. Estava rasgada a senda da Federação (Ibid., p. 47).

Como argumento, a Federação viria permear toda a linha interpretativa que defende as causas e ideais da Farroupilha, e que, à época da publicação da obra, ainda encontrava partidários.

É convicção minha, fortalecida cada vez mais pelo estudo e pela

meditação, que as revoluções mais importantes que abalarão outrora o país, e cujo ideal ainda não foi satisfeito, tiveram como causa principal a necessidade do estabelecimento do sistema racional da federação, que também se pode chamar – sistema de liberdade, porque a liberdade é a ordem de acordo com as precisões da natureza. A revolução rio-grandense, que deu em resultado a república, é nesse sentido a mais característica (BRASIL, 1981, p. 7).

Fica claro para nós que em sua obra Assis Brasil faz a apoteose de um movimento republicano, que na década de 1880 já conhecia espaço considerável dentro da sociedade brasileira, sendo referência política cada vez mais forte nos salões esclarecidos, clubes militares, academias e universidades (ALONSO, 2002). Ao levantar e defender a bandeira da federação como o ideal supremo dos farrapos, Assis Brasil demarca o espaço dos homens do Sul como vanguarda do movimento republicano e constrói na Farroupilha o palco primeiro desse movimento nas terras brasileiras.

Outro fator importante é a preocupação com a escrita da História, que é visível na obra de Assis Brasil. O autor delega para si não só o direito de escrita daquela história, mas também seu dever, sendo fundamental a compreensão daqueles eventos, de forma que esclarecesse os fatos e sua índole: “Encontrei-me, por isso, com dobrado trabalho: além do de historiar os fatos, ainda o de tornar saliente a índole deles” (Ibid., p. 7). A nosso ver, o autor acreditava estar expressando a visão que o homem esclarecido do Sul tinha daquele evento e gravando, mais do que os acontecimentos do movimento Farroupilha, os valores daquela população, como pode ser visto na seguinte afirmativa:

107

Empreendo escrever a história da República Rio-Grandense, estado efêmero, erguido à extrema meridional do território brasileiro e cuja tumultuosa existência, constantemente hostilizada pelas armas do império, não conseguiu transpor o seu período de formação. Nunca a bravura, a constância e as virtudes cívicas, servidas por homens de minguada educação, deram de si mais surpreendente espetáculo do que nessa luta de cerca de dez anos, que ao espírito do historiador evoca a tradicional tenacidade dos povos antigos (BRASIL, 1981, p. 01).

Mas mais do que narrar os fatos e acontecimentos do movimento, Assis Brasil acredita ser seu o dever defender a província e demarcá-la como espaço crucial do surgimento de alguns ideais: “Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que à primeira vista representam um estorvo” (Ibid., p. 12). Ao propor a narrativa dos conflitos do movimento Farroupilha, o autor acreditava estar propondo a narração do momento principal daquela província e sua população, confundindo ambas no mesmo extrato revolucionário que defendera naquela luta, a seu ver, vanguardista, um ideal considerado, nas décadas finais do XIX, como superior, delimitando e esclarecendo o valor da região a partir do valor daquele evento-chave:

Esse foi o teatro, descrito tão resumidamente quanto possível, em que se empenhou longa e porfiada luta de que este livro será pálida e imperfeita narração. Quem nasceu e viveu nessa terra, em que a própria natureza tem um singular aspecto de máscula generosidade, não pode deixar de amá-la com amor fanático: já tornou-se proverbial a adoração do rio-grandense pelo seu torrão natal, o orgulho muitas vezes imprudente, porem sempre naturalíssimo [sic], com que ele a coloca acima de todas as províncias irmãs. Há terras assim, que exercem tal influência sobre os seus filhos – que os chegam a identificar consigo (BRASIL, 1981, p. 12).

Como podemos ver, narrar o conflito Farrapo é para Assis Brasil narrar o Rio Grande do Sul, seu povo e o amor que por ele possuíam, permitindo a construção de um ideal que perduraria nas gerações seguintes e que deveria delimitar um valor especial àquela sociedade frente às outras. Por esse motivo, a obra configura-se como cabeça do que viria a ser a chave de leitura interpretativa que, como dito anteriormente, enxerga no movimento Farroupilha um espaço valoroso, e que por vezes se identifica e reivindica seus ideais.

Ainda que as intenções de Assis Brasil se demarquem entre a necessidade de resposta dos homens do Sul à obra de Araripe e ao uso político em defesa dos ideais republicanos e federalistas, sua narrativa impõe uma necessidade de lembrança. E nesse sentido, a narrativa de Assis Brasil permite a comemoração dos fatos e acontecimentos daquele movimento permitindo a rememoração do mesmo e pondo-os em espaço privilegiado frente às transformações vivenciadas nas décadas finais do XIX²⁵.

Já a nota introdutória do livro anunciava essa necessidade ao apontar que o objetivo da obra era “comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul”:

O Club [sic] Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade da São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882 (BRASIL, 1981, p. 5).

Tal necessidade comemorativa comporta não só o movimento Farrapo, mas também a valoração da sociedade rio-grandense, no sentido de permitir a visualização de um dos eventos que, a partir dali, seria cristalizado e comemorado como fundador da tradição de “culto da liberdade” já concebida por Joseph Love (, 1975). Esta tradição será experimentada dentro do âmbito da cultura histórica, que por sua vez ajudará a conformar a cultura histórica tradicionalista do Rio Grande do Sul.

De um lado, na obra de Tristão de Alencar Araripe existe uma intenção,

25 Referimos-nos aqui ao desenvolvimento do movimento republicano, do abolicionismo, as transformações tecnológicas e ideológicas recém-chegadas ao Brasil, assim como as crises econômicas e políticas que levaram, em parte, à proclamação da República já no fim da década de 1880. Cf: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

claramente política, de demarcar o sucesso do Império frente àquele que teria sido o maior ato de rebeldia civil vivenciado até então, mesmo em tempos de crise, e sucesso em manter-se firme e uno, tal qual o projeto Saquarema (MATTOS, 2004) havia anunciado e formalizado nos idos de 1850. De outro lado, na obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil, podemos identificar uma intencionalidade de demarcar dentro da produção historiográfica e intelectual da época a visão regional para os fatos descritos, não permitindo que se fixasse somente a versão dada pelo centro de poder na Corte do Império. Uma visão marcada pelo valor positivo dado aos ideais políticos da Farrroupilha e ao Rio Grande do Sul na construção do quadro para a concepção de um passado, construção à qual a população e os letrados regionais não pretendiam se ausentar. Do mesmo modo como podemos identificar um forte referencial político republicano e federalista sendo claramente vinculado aos ideais Farrapos e por eles sendo apregoado.

Em busca de conclusão

Mais do que a produção e difusão das obras, a relação que uma sociedade estabelece com seu passado perpassa a apropriação que essa mesma sociedade faz dos modelos explicativos desenvolvidos pela historiografia. Apropriação que, por sua vez, caracteriza os diferentes usos e interpretações que uma sociedade faz de seu passado. Para Chartier “A apropriação [...] visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem.” (CHARTIER, 1989, p. 68).

109

A partir disso podemos identificar que a obra de Assis Brasil serviu como espaço para a difusão de estratégias de memória que serviram à fixação de uma determinada visão do passado, com usos políticos bem delimitados. Fernando Sánchez Marcos argumenta também que essa *visión del pasado* que as sociedades possuem é preconizada por uma cultura histórica que é “[...] um proceso dinámico de diálogo social” e que por ele

[...] se difunden, se negocian y se discuten interpretaciones del pasado. La cultura histórica de una sociedad abarca, por tanto, múltiples narrativas y distintos enfoques, que pugnan por imponerse socialmente (SÁNCHEZ MARCOS, 2001, p. 03).

Findo o movimento político, a narrativa da história dos Farrapos permite um constante estágio de (re)memoração dos eventos. A proximidade dá o toque final, tendo em vista que cinquenta anos não foram suficientes para apagar as lembranças de uma guerra tão devastadora. Do mesmo modo que a deflagração de um novo conflito (Guerra do Paraguai) sustentou, ainda mais, a presença dos fantasmas e a necessidade das honrarias que o passar dos anos fixaram por um forte processo de construção histórica.

Como dito, nas duas primeiras obras historiográficas sobre a Farrroupilha se evidenciam usos políticos para a história e a memória do movimento político-militar Farrroupilha, no entanto, a obra de Assis Brasil evidencia uma intenção política de condicionar sua narrativa à valoração dos ideais republicanos e federalistas, assim

como de buscar delimitar um espaço valoroso para o Rio Grande do Sul e sua população na luta por autonomia política que, nas décadas finais do XIX era vista como ponto fundamental ao movimento político-intelectual dos grupos à margem do poder (ALONSO, 2002). Para Assis Brasil, a construção da narrativa daquela experiência histórica deveria permitir a rememoração do primeiro momento daquela luta, vinculando-a, como herança valorosa à província sulina e à sua população, ponto que conformaria a cultura histórica rio-grandense até hoje.

A partir do choque ideológico e político visível entre as obras de Alencar Araripe e Assis Brasil, pudemos identificar a existência de duas linhas de trabalho conflitantes no que dizia respeito à narração dos eventos Farrapos em fins do século XIX (MELLO, 2007). Esse embate criado pelos autores em suas obras teria vida longa e não perderia força nem no vasto debate existente na década do centenário do movimento Farroupilha (1930). O embate pela fixação destas visões do passado e sua recepção caracterizam um determinado uso político dessas narrativas nos anos seguintes à publicação e difusão das obras. Uso esse que denotaria um determinado tipo de apropriação dos textos e das ideias expressas neles, e que, por sua vez, caracterizam as vertentes existentes e aceitas para a narrativa daquela experiência histórica.

No entanto, pudemos identificar na obra de Assis Brasil a existência de um seguimento político regional em busca de espaço, também dentro da produção historiográfica, para demarcar seu valor e o da sociedade rio-grandense do século XIX no cenário político e histórico nacional. Esse seguimento ganharia força ao longo da primeira metade do século XX, constantemente recorrendo à Farroupilha como experiência histórica valiosa daquela sociedade e herança direta para os movimentos civis e militares ocorridos em nível regional e nacional²⁶. Como recurso constante na historiografia e na literatura regional, a Farroupilha seria apropriada também pelo movimento tradicionalista a partir de 1947 – na celebração da Ronda Gaúcha, posteriormente Semana Farroupilha – e nunca mais sairia da cultura histórica do Rio Grande do Sul e da memória da população local, a quem não é permitido o direito de esquecê-la.

Assim sendo, investigar a produção historiográfica brasileira sobre a Farroupilha ao longo da segunda metade do século XIX e perceber sua recorrência no presente permite-nos compreender como ela participou da difusão e fixação da memória que a população do Rio Grande do Sul possui do evento. Da mesma forma como nos possibilita compreender um dos meios pelos quais o evento ganhou o valor que hoje tem na cultura histórica e política daquela população.

Da mesma forma, acreditamos que essa produção historiográfica, servindo de estratégia de propagação sobre a Farroupilha, permite-nos compreender como essa historiografia participou da difusão e fixação dessa memória honrosa que a

26 Lembramos aqui do movimento Federalista entre 1893-1895, em que o lenço vermelho seria adotado pelos federalistas maragatos como referência direta ao movimento Farroupilha, que se diziam claramente herdeiros do movimento farrapo. O mesmo dar-se-ia na revolução de 1922 e depois no “golpe” do Estado Novo em 1930, quando centenas de partidários políticos de Getúlio Vargas o acompanhariam ao Rio de Janeiro, montados à cavalo e trazendo consigo a bandeira Farroupilha.

população do Rio Grande do Sul possui do evento e que a leva a comemorar, em festa patriótica, uma guerra que perdeu. Em especial a obra de Assis Brasil que, por buscar demarcar o espaço dos homens do Sul na construção de um determinado ideal de liberdade, permitiu o estabelecimento de vínculos diretos entre a Farroupilha, o movimento republicano e o ideal federalista. Vínculo esse que possibilitará sua inserção como herança fundamental da cultura republicana desenvolvida no início do século XX e mais tarde na composição da cultura histórica tradicionalista do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL, Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.

BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989.

FESTEJOS FARROUPILHAS. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos da Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana.php (acesso em: 04/04/2008).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Volume 02. 1978. p. 560.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentistas no Brasil. "In": CARVALHO, José Murilo de (ORG). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.

LAMB, Nayara Emerick. *História dos farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista*. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: 2012. 169 f.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACIEL, Maria Eunice. Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. "In": BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

112

RÜSEN, J. (2009). *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?*. Cultura histórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010).

SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). *Cultura Histórica*. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010).

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.